

## METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS EM TERAPIA OCUPACIONAL DE NATUREZA SOCIOCOMUNITÁRIA: REFLEXÕES DESDE UMA ORIENTAÇÃO CRÍTICA EPISTEMOLÓGICA

Participatory methodologies in Occupational Therapy of sociocommunitarian nature: reflections from a critical epistemological orientation

Metodologías participativas en Terapia Ocupacional de naturaleza sociocomunitaria: reflexiones desde una orientación crítica epistemológica

Moreira, A.B (2022). Metodologias participativas em Terapia Ocupacional de natureza sociocomunitária: reflexões desde uma orientação crítica epistemológica. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. 6(4), 1439-1449. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto49800

Adriana Belmonte Moreira 

<http://orcid.org/0000-0002-8509-0425>

Universidade Federal do Paraná  
Departamento de Terapia Ocupacional  
Curitiba, PR, Brasil.

### Resumo

**Objetivo:** Este manuscrito é uma breve reflexão sobre a utilização de metodologias participativas em terapia ocupacional, alinhada a uma orientação crítica epistemológica. **Síntese dos elementos do estudo:** metodologias desta natureza têm por objetivo a participação social de sujeitos e coletivos violados em seus direitos e epistemicamente excluídos. **Conclusão:** entendemos que estas podem ser utilizadas pelos terapeutas ocupacionais em diferentes cenários assistenciais, com destaque aos serviços de base territorial e comunitária, para subsidiar processos implicativos com comunidades que vivenciam privações nas esferas da vida cotidiana, em um horizonte ético-político de justiça e de garantia de direitos humanos e fundamentais.

**Palavras-chave:** Terapia Ocupacional/métodos. Epistemologia. Participação comunitária

### Abstract

**Objective:** This manuscript is a brief reflection on the use of participatory methodologies in occupational therapy, aligned with a critical epistemological orientation. **Synthesis of the study's elements:** Methodologies of this nature have as their objective the social participation of subjects and collectives violated in their rights and epistemically excluded. **Conclusion:** We understand that these can be used by occupational therapists in different care scenarios, with emphasis on territorial and community-based services, to support implicative processes with communities that experience deprivations in the spheres of daily life, in an ethical-political horizon of justice and the guarantee of human and fundamental rights.

**Keywords:** Occupational Therapy/methods. Epistemology. Community participation

### Resumen

**Objetivo:** Este manuscrito es una breve reflexión sobre la utilización de metodologías participativas en terapia ocupacional, alineada a una orientación crítica epistemológica. **Síntesis de los elementos del estudio:** Metodologías de esta naturaleza tienen por objetivo la participación social de sujetos y colectivos violados en sus derechos y epistemicamente excluídos. **Conclusión:** Entendemos que éstas pueden ser utilizadas por los terapeutas ocupacionales en diferentes escenarios asistenciales, con énfasis en los servicios de base territorial y comunitaria, para apoyar procesos implicativos con comunidades que experimentan privaciones en las esferas de la vida cotidiana, en un horizonte ético-político de justicia y de garantía de los derechos humanos y fundamentales.

**Palabras clave:** Terapia Ocupacional/métodos. Epistemología. Participación comunitaria

## 1. Introdução

Este trabalho é uma breve reflexão sobre um tema atual, a respeito da relevância do uso de metodologias participativas, suas estratégias e recursos, em âmbito assistencial territorial e comunitário por terapeutas ocupacionais, seguindo um paradigma crítico epistemológico. As realidades locais, regionais e mesmo globais e a inserção do terapeuta ocupacional em políticas públicas e a consequente expansão dos cenários de prática, como a atuação em territórios nos quais são, sobretudo, os processos histórico-sociais de exclusão e vulnerabilidade que geram barreiras à participação social das populações atendidas, impõem muitos desafios. Isso faz com que na atualidade relevem-se os estudos propositivos sobre estratégias metodológicas de pesquisa e de ação profissional múltiplas e apropriadas a dar respostas às demandas sociais coletivas, tendo por foco a melhoria das condições de vida cotidiana, a partir do protagonismo sociocomunitário.

No âmbito da Filosofia das Ciências, a orientação crítica epistemológica pode ser compreendida como um guarda-chuva que abarca e articula múltiplas perspectivas epistemológicas, ético-políticas e teórico-metodológicas, que questionam ou põem em crise (Cortés, 2008) o paradigma científico moderno e suas estratégias descontextualizadas, e a realidade social, sanitária e ecológica gerada pelo sistema capitalista; colocando em cena o problema da indissociabilidade da produção de conhecimento científico e suas aplicações e sobre a necessidade de criação de espaços de apropriação e de construção coletiva de saberes, desdobrados em ações, que permitam transformar uma realidade considerada desigual e perversa.

Na terapia ocupacional, tal problematização encontra-se relacionada às contribuições da corrente materialista histórica no interior da profissão que, baseada na práxis criadora e transformadora (Barreiro, et. al.; 2020; Galheigo, 2020), e em interlocução com outras teorias de análise da realidade social (sócio-históricas, complexas, pós-modernas etc.), fomentam reflexões e debates sobre diferentes perspectivas epistemológicas e teórico-metodológicas presentes no interior da profissão (Morrison et. al, 2016), bem como sobre a necessidade de tomadas de posição ético-políticas profissionais frente ao sistema capitalista e a seus mecanismos de produção e perpetuação de desigualdades, estigmatizações, vulnerabilidades e exclusões sociais das populações atendidas, dentre as quais destacamos as orientadas ao Sul, baseadas em direitos humanos, decoloniais e interculturais (Núñez, 2019; Silva et. al, 2019).

No campo da produção de conhecimento, a perspectiva epistemológica crítica dialética permitiu o redimensionamento da relação entre teoria e prática pois, o pesquisador, ao fazer da práxis um referencial para a ação, realiza uma investigação que envolve ativamente sujeitos históricos e coletivos no processo, com desdobramentos efetivos no campo em que está atuando, em uma relação dinâmica com os desafios colocados pela realidade concreta. Com vistas ao compromisso ético-político do pesquisador com processos de transformação social, a ação daquele que investiga coloca em xeque as bases valorativo-epistêmicas e operativas da ciência moderna, isto é, o valor de domínio da natureza, a

neutralidade do investigador, a cisão entre sujeito e objeto, a hierarquização entre teoria e prática, a descontextualização do método e a suposta universalização dos resultados; o que abre, por conseguinte, debates sobre as ciências e seus impactos sociais e ambientais, saberes científicos e populares e formas de produção de conhecimento, neste caso, em terapia ocupacional (Guajardo Córdoba, 2014; Morrison et. al, 2016).

Metodologias participativas já vêm sendo utilizadas pelos terapeutas ocupacionais no âmbito territorial e comunitário a partir de diferentes serviços, projetos e programas relacionados a políticas públicas (saúde, assistência social, educação, cultura e meio ambiente, etc.), em ações de reabilitação baseada na comunidade (RBC), terapia ocupacional social e reabilitação psicossocial - ainda que a partir de diferentes entendimentos de território, comunidade (Bianchi & Malfitano, 2020; Vinzón et. al, 2020) e mesmo de participação (Silva & Oliver, 2019). Destes entendimentos, destacamos o de participação como protagonismo ativo na e da comunidade, compreendida como conjunto diverso de atores sociais, caracterizado por oposições e afinidades, conflitos e alianças, que pode ser unido para melhoria das condições da vida em determinado território, enquanto espaço produzido em comum, no sentido lefebvriano (Lefebvre, 2013), segundo os princípios de proximidade do cotidiano concretamente vivido; envolvimento da população na resolução de seus problemas e conquista de sua emancipação social e política com vistas ao processo de transformação social (Barros et. al, 2007).

Considerando que metodologias participativas, em seus fundamentos, compartilham com o campo de conhecimentos da terapia ocupacional o objetivo de participação social de sujeitos histórica e socialmente vulnerabilizados e excluídos, como pessoas com deficiências e/ou problemáticas em saúde, em situação de pobreza e marcadas socioculturalmente pela diferença, entendemos que estas podem ser utilizadas pelos profissionais em diferentes cenários de prática, com destaque aos serviços de base territorial e comunitária, de modo a favorecer processos terapêutico-ocupacionais implicativos com comunidades que vivenciam privações nas esferas da vida cotidiana, em contextos de opressão e desigualdades. Em um horizonte ético-político de compromisso com a justiça, pensada de modo crítico e não técnico-instrumental (Guajardo Córdoba, 2020), de garantia de direitos humanos e fundamentais, elas podem colaborar na composição de um raciocínio teórico-prático profissional, baseado em ações com foco na cotidianidade. Assim, levando em conta aspectos sociais, comunitários e territoriais, os terapeutas ocupacionais podem melhor responder a seu papel técnico, ético e político frente às demandas sociais contemporâneas (Barreiro, et. al, 2020).

## **2. Perspectivas de orientação crítica epistemológica em terapia ocupacional**

No campo das Ciências Humanas, encontramos proposições epistemológicas caracterizadas como engajadas, situadas, insurgentes, desobedientes ou rebeldes, apropriadas e articuladas a coletivos, movimentos sociais organizados e a grupos sociais explorados e excluídos, em um horizonte de luta por sustentabilidade ambiental, garantia e defesa de direitos e de justiça. Tais propostas epistemológicas ou

paradigmáticas, compondo uma nova paisagem em contraposição ao paradigma epistemológico dominante (Santos & Tavares, 2007), à verticalização do saber-poder, ao epistemicídio (como denunciado por Boaventura de Sousa Santos) e à colonização do imaginário social, conduz à emergência de outras formas de produção de conhecimento, mais plurais, democráticas e horizontais, que levem em conta questões históricas, políticas, econômicas culturais e ecológicas dos contextos de vida social, envolvendo a multiplicidade dos modos de vida, de fazer, de saber e de se relacionar.

Em consonância a isso, na terapia ocupacional tem-se proposto um alargamento de bases epistemológicas, através de diálogos interepistêmicos em contraposição ao silenciamento de saberes de grupos historicamente excluídos (Costa & Alves, 2017), caminhando na direção de uma desobediência ou rebeldia epistêmica, reflexiva, autoconsciente e fundamentada nos direitos humanos, que permite superar a pretensão de um saber universal hegemônico (Morán & Ulloa, 2016; Guajardo Córdoba, 2017).

Tal movimento de abertura, diluição de fronteiras e entrecruzamento epistêmico, aponta para a diversidade do campo e a existência de múltiplas identidades profissionais, abrindo terreno para novas emergências e reconhecimento de terapias ocupacionais (Silva et. al., 2019), como a social, comunitária crítica, do Sul, baseada em direitos humanos, ecossocial, cultural, entre outras, configuradas como situadas, ecologicamente sustentáveis, culturalmente referenciadas e engajadas contextual e politicamente, em acordo com diferentes possibilidades de aportes teórico-metodológicos para as práticas assistenciais. Relevando, com isso, as ideias de resistência contra-hegemônica, consciência macroestrutural e uma noção de produção de autonomia construída na relação dialética sujeito-coletividade, impulsionando a adoção de estratégias de ação de caráter grupal e coletivo, segundo princípios de redes de apoio mútuo, colaboração e solidariedade, afirmação de modos de vida diversos e garantia de direitos humanos (Silvestrini et. al., 2019).

Por uma perspectiva epistemológica crítica e complexa, Galheigo (2012) apresenta uma concepção de terapia ocupacional como um campo de saber e de prática que se configura a partir de noções como práxis, ação humana, atividade, cotidiano, diversidade, compromisso ético-político e justiça social. Em outros escritos, a autora traz uma definição de cotidiano como um espaço-tempo no qual um sujeito (individual ou coletivo) "*acessa oportunidades e recursos, enfrenta adversidades e limites, toma decisões, adota mecanismos de resistência e inventa novos modos de ser, estar, viver e fazer*" (Galheigo, 2020, p. 15). E afirma que o conceito de cotidiano traz implícita uma mudança radical na proposição teórico-metodológica da terapia ocupacional, estruturando-a na retomada histórica e contextualizada do sujeito e sua inserção participante no coletivo (Galheigo, 2003). Por este mesmo viés, com foco nas características, problemas e necessidades concretas dos sujeitos atendidos, a atividade passa a ser compreendida como um meio de socialização e inter-relação, de inclusão e emancipação sociais, pois, é uma construção, uma mediação de múltiplas relações que têm lugar em um tempo histórico e em determinado contexto cultural (Barros et. al., 2006).

Com efeito, a práxis, pelo viés materialista histórico, pode ser definida como atividade vital humana criativa-desejante e está intrinsecamente associada à reflexão crítica, à produção material e ao ato criador, transformador da natureza, produtor de cultura e de subjetividades (Shimoguiri & Costa-Rosa, 2017). Realizada no cotidiano, como seu centro real (Heller) e substrato do acontecer histórico (Lefebvre), a práxis, como movimento de ação-reflexão-ação, transformador de si e do mundo, se dá neste terreno de passagem do particular ao genérico, do singular ao coletivo; base onde se engendram processos de reprodução e repetição, mas também de criação e emancipação sociais, necessárias à transformação do instituído, obtida somente através da passagem do alheamento à consciência autônoma coletiva dos fatores estruturais e das condições materiais e concretas de vida (Galheigo, 2020). Logo, a praxiologia, enquanto referencial para uma ontologia (ser prático) e para uma episteme contra-hegemônica, pode subsidiar uma tomada de posição ético-política crítica frente às desigualdades de classes e uma ação prático-profissional, assistencial e investigativa, social e ecologicamente comprometida.

Guajardo Córdoba (2014), ao propor uma Terapia Ocupacional Crítica, problematiza a tradição epistemológica positivista, indicando a possibilidade de existência de outras formas de produção de conhecimento, em relação dialética com a prática, segundo um entendimento de ciência e também de profissão como dispositivo social. Defendendo uma terapia ocupacional que tem por seu objetivo fundamental a tarefa política de emancipação e liberdade humanas, ele traz a Investigação-Ação-Participativa de Orlando Fals Borda como um exemplo de orientação teórico-prática para a profissão. Na mesma direção, Algado (2016), através de uma visão de terapia ocupacional comprometida com a defesa dos direitos humanos, com a inclusão e a sustentabilidade ambiental, apresenta uma definição de profissão desde um paradigma crítico e, também, recomenda aos profissionais a Investigação-Ação-Participativa – IAP.

### **3. Metodologias participativas na complexidade do social**

No campo das Ciências Humanas, as Ciências Sociais têm desenvolvido teorias e metodologias que procuram favorecer a autonomia e a participação direta da comunidade no processo de investigação, reforçando assim valores democráticos como cidadania, corresponsabilidade e solidariedade. A exemplo disso, a Investigação-Ação-Participativa (IAP), situada dentro da perspectiva epistemológica crítica e dialética, é considerada uma metodologia implicativa, pois pressupõe que o que se consideraria ser, dentro do paradigma científico moderno, um “objeto” a investigar é visto, através dela, como um sujeito-protagonista, sendo a finalidade da investigação a transformação da realidade social (Nistal, 2008). Daí entendemos que, aos sujeitos, participar é exercer sua liberdade de agir e ter oportunidade para definir os rumos de processos sociais que a eles dizem respeito por neles estarem diretamente implicados, singular e coletivamente, atribuindo a seu fazer uma dimensão prática, ativa, criativa e transformadora.

Como outro exemplo, a Sociopráxis, situada dentro do amplo espectro teórico-metodológico participativo, em sua especificidade, comporta um conjunto de estratégias de ação social procurando promover a composição de redes de vida, novos pulsares e emergências no entramado social, a partir dos âmbitos do criar, do trabalhar, do habitar e do potencializar, elementos traduzidos pelo viver em ecossistemas com saúde, conviver nas redes cotidianas com emoções, afetos e cuidados (amigos, familiares, vizinhança, etc.), potencializar frente às relações de poder instituídos (governamental, local, patriarcal etc.), criar segundo um conjunto de crenças, valores e ideias que se cruzam, transcender culturas e construir novas economias, propondo outras relações éticas para com as pessoas e a Terra (Villasante, 2015).

Sendo assim, as metodologias participativas pressupõem o envolvimento de diferentes atores sociais (comunidade em geral, lideranças e movimentos sociais, profissionais de serviços, gestores públicos etc.), podendo ser utilizadas quando do planejamento e execução de políticas públicas, ações em rede setoriais e intersetoriais a partir dos equipamentos, projetos, programas, serviços ou comunidades nos quais se está inserido. O que, metodologicamente, implica momentos coletivos de reflexão, avaliação e autocrítica, mapeio de iniciativas, escuta e conversas na busca de consensos emergentes, desconstrução e decolonização de saberes, programação de iniciativas e ações coerentes para obtenção de resultados instituintes concretos (Villasante, 2010; 2015).

#### **4. Proposições participativas em terapia ocupacional de natureza sociocomunitária**

Metodologias participativas, em seu amplo espectro e em seus pressupostos gerais, exemplificadas através da IAP e da Sociopráxis, por terem como foco principal o protagonismo dos sujeitos nos processos de investigação e de ação sociais, podem colaborar com os terapeutas ocupacionais que trabalham em âmbito sociocomunitário quando do desenho de suas práticas, na sensibilização e mobilização de sujeitos, na tessitura de redes e na realização de articulações sociais no território. A partir do pequeno recorte teórico-conceitual apresentado, notamos que elas podem ser úteis na identificação de projetos de vida de sujeitos singulares e coletivos que residem em um território específico, contribuindo com a ampliação de oportunidades de trabalhar e gerar alimento e renda de modo mais solidário e ecossocialmente sustentável; de ocupar e transitar por espaços sociocomunitários; de produzir e fruir das artes/artesanias e da cultura de modo acessível; de ampliar e fortalecer redes de relações protetivas e de participar da vida sócio-política comunitária, segundo uma ética de respeito à natureza e ao espaço produzido em comum, segundo valores baseados no apoio mútuo, na colaboração e na justiça social.

Com efeito, aos terapeutas ocupacionais que objetivam promover o engajamento de sujeitos, grupos e comunidades em atividades como meio para a participação sociocomunitária, ganham relevância proposições metodológicas participativas, por possibilitarem a passagem do particular ao genérico, no bojo de processos práxicos de ação-reflexão-ação, segundo uma concepção de criatividade e de

autonomia coletivas. Metodologias participativas, em suas articulações estratégicas e recursos (Nistal, 2008; Vilassante, 2015), como assembleias para deliberação coletiva, oficinas de criatividade social, cartografias sociais ou mapas territoriais (inteligentes, falados ou narrados), mapas de atores ou sociogramas, árvores de problemas, matrizes de análise de debilidades, resistências/ameaças, forças/potencialidades e oportunidades (DRAFPO), entre outras, podem ser úteis na prática terapêutico-ocupacional em momentos de leitura territorial, análise de redes (formais e informais) e de priorização de ações comunitárias. Pois, facilitam a identificação do acesso a serviços (saúde, lazer, educação e cultura, assistência social etc.), condições de acessibilidade ambiental, arquitetônica; serviços/programas comunitários de inclusão escolar e inserção no trabalho etc. e das demandas prioritárias (socioculturais, socioeconômicas, socioambientais, entre outras) de uma comunidade em seu território específico.

O terapeuta ocupacional, fazendo uso de atividades como elementos mediadores e de recursos (dialógicos, gráficos e audiovisuais, entre outros) adaptados de acordo com as necessidades dos envolvidos (como para pessoas com deficiências físicas, mentais e/ou sensoriais, com baixo letramento, por exemplo), pode viabilizar a elaboração de um retrato do território pela própria comunidade, entendendo que somente a apropriação do espaço vivido por parte dos sujeitos que lá habitam pode gerar processos emancipatórios, com vistas à melhoria das condições sociais e de saúde coletiva. A análise das barreiras e facilitadores de acesso a espaços e serviços, realizada pelos sujeitos de modo participativo, além de fundamentais para a identificação das dificuldades e violações de direitos que os membros da comunidade enfrentam no cotidiano, possibilitam o reconhecimento das potencialidades coletivas existentes no território, que podem e devem ser mobilizadas para fazer frente às problemáticas e privações vivenciadas. Com isso, à medida em que são identificadas e criadas estratégias, no caso coletivas e criativas, para suplantar barreiras e privações, abrem-se novas possibilidades de engajamento comunitário e o fortalecimento das redes de apoio socioinstitucionais e sociocomunitárias com as quais se pode contar para a sustentação da vida cotidiana.

Por isso, acreditamos que, tomando a vida cotidiana concreta - nos âmbitos do habitar, trabalhar, criar e potencial - como leitura epistêmica e teórico-conceitual do objeto profissional, terapeutas ocupacionais podem recorrer a estratégias metodológicas participativas e a seus recursos (como da IAP, Sociopraxis, ou outras) compondo um raciocínio teórico-prático profissional que, em sua especificidade, se inscreve dentro de uma matriz epistemológica de orientação crítica, base de um processo de prática estruturado a partir de uma apreensão dos sujeitos em atividade, compreendendo-os como ao mesmo tempo como singulares e genéricos, situado em contextos territoriais específicos (no imbricado do social, cultural, econômico e ambiental, etc.); e no uso da atividade como mediador de processos participativos. O que coloca no centro da ação terapêutico-ocupacional a expressão da dimensão práxica, criadora e transformadora dos fazeres humanos, sempre realizada em um contexto compreendido como construto historicizado, materialmente trabalhado e socialmente produzido.

## 5. Conclusão

A orientação crítica epistemológica – partindo das contribuições do materialismo histórico e de outras leituras críticas contemporâneas de análise da questão social no capitalismo - estrutura um raciocínio teórico-prático profissional que, ancorado nas dimensões da vida cotidiana concreta, pede uma tomada de posição ético-política frente às desigualdades, violações, epistemicídios e privações vivenciadas cotidianamente por sujeitos singulares, grupos, coletivos e populações historicamente atendidas pelos terapeutas ocupacionais. Daí decorre que, metodologicamente, quando da produção de conhecimentos e realização de práticas assistenciais, é esperado que sejam privilegiados processos de investigação participantes (dialéticos, sócio-práticos, etc.), ações de base territorial, estratégias de trabalho em equipe, em rede setorial e intersetorial, modalidades assistenciais grupais e coletivas, de mobilização e participação comunitária, incluindo a facilitação de engajamentos na formulação de políticas públicas e no controle social democrático, garantindo horizontalidades, acessos e direitos.

Portanto, se salientamos em nossa breve reflexão a importância da utilização de metodologias participativas no âmbito da terapia ocupacional de natureza sociocomunitária é porque através das estratégias e recursos a elas associados conseguimos melhor promover a sujeitos violados em seus direitos e epistemicamente excluídos o exercício prático da ação-reflexão-ação ativa, criativa e transformadora. Fazendo uso de atividades como elementos mediadores (narrativas, expressivas, lúdicas, etc.), em processos terapêutico-ocupacionais implicativos, fomentando a criatividade e a autonomia coletivas, a emergência e validação de saberes, a efetiva participação social, o planejamento e execução partilhada de ações comunitárias, a qualificação do território como espaço de vida produzido em comum (em suas relações com a saúde e a socialidade), o terapeuta ocupacional pode, a nosso ver, melhor responder a seu papel técnico, ético e político, diante das demandas sociais coletivas apresentadas por grupos, coletivos e populações que somos chamados a atender na atualidade.

## Referências

- Algado, S. S. (2016). Una definición de terapia ocupacional desde un paradigma crítico In Simó Algado, S; Guajardo Córdoba, A; Oliver, F. C; Galheigo, S. M; García-Ruiz, S. (Eds), *Terapias Ocupacionales desde el sur. Derechos humanos, ciudadanía y participación*. (pp. 173-188). Editorial USACH
- Barreiro, R. G., Borba, P. L. O., & Malfitano, A. P. S. (2020) Revisitando o materialismo histórico em terapia ocupacional: o papel técnico, ético e político na contemporaneidade. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28 (4), 1311-1321. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoRE1950>
- Barros, D. D., Lopes, R. E., & Ghirardi, M. I. G (2006). Terapia ocupacional Social; uma perspectiva sociohistórica. In Kronenberg, F. Simó-Algado, S., Pollard, N. (Eds). *Terapia Ocupacional sin fronteras: aprendiendo el espíritu de supervivientes* (pp. 141-153). Médica Panamericana.

- Barros, D. D., Lopes, R. E., & Galheigo, S. M. (2007) Novos espaços, novos sujeitos: a terapia ocupacional no trabalho territorial e comunitário In Cavalcanti, A. & Galvão, C. (Orgs). *Terapia Ocupacional: fundamentação & prática*. (pp. 354-363). Guanabara Koogan.
- Bianchi, P. C., & Malfitano, A. P. S. (2020) Território e comunidade na terapia ocupacional brasileira: uma revisão conceitual. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(2), 621-639. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAR1772>
- Cortés, M. (2008). Por una noción crítica y dialéctica de ciencia. Aportes de la teoría marxista para la construcción de una epistemología emancipatoria. *Intersticios: Revista Sociológica de Pensamiento Crítico*, 02 (1), 67-72. <https://www.intersticios.es/article/view/2199>
- Costa, S.L., & Alves, HC. (2017). Diálogos intepistêmicos: por uma terapia ocupacional de base alargada. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 1 (5), 527-532. <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto13459>
- Galheigo, S. M. (2003) O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 14(3), 104-109. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v14i3p104-109>
- Galheigo, S. M. (2012) Perspectiva crítica y compleja de Terapia ocupacional: actividade, cotidiano, diversidad, justicia social y compromiso ético-político. *Revista Gallega de Terapia Ocupacional - TOG (A Coruña)*, 9 (5), 176-189. <https://www.revistatog.com/mono/num5/compromiso.pdf>
- Galheigo, S. M. (2020) Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28 (1), 5-25. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO2590>
- Guajardo Córdoba, A. (2014) Debates sobre la producción del conocimiento en Terapia Ocupacional. En contra de una nueva Escolástica. Caracas, *Cuadernos de la Escuela de Salud Pública*, 2 (88). 33-59. [http://saber.ucv.ve/ojs/index.php/rev\\_edsp/article/view/8215/8121](http://saber.ucv.ve/ojs/index.php/rev_edsp/article/view/8215/8121)
- Guajardo Córdoba, A. (2017) Lecturas y relatos históricos de la Terapia Ocupacional en Suramérica. Una perspectiva de reflexión crítica. *Revista Ocupación Humana*, 16 (2), 110-117. <https://doi.org/10.25214/25907816.141>
- Guajardo Córdoba, A. (2020). Sobre as novas formas de colonização em terapia ocupacional. Reflexões sobre a ideia de Justiça Ocupacional na perspectiva de uma filosofia política crítica. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*. 28(4), 1365-1381. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF2175>

Lefebvre, H. (2013). Prefácio: a produção do espaço. *Estudos Avançados*, 27(79), 123-132. <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68706>

Morán, J. P., & Ulloa, F. (2016). Perspectiva crítica desde latinoamérica: hacia una desobediencia epistémica en terapia ocupacional contemporânea. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*. 24 (2), 421-427. <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoARF0726>

Morrison, R., Guajardo, A., & Schliebener, M. (2016) Conferencia: debates y reflexiones para una Ciencia de la Ocupación crítica y social. Diálogos para comprender la ocupación humana. *Revista Argentina de Terapia Ocupacional*, 1(2), 40-58. <https://revista.terapia-ocupacional.org.ar/RATO/2016jul-conf.pdf>

Nistal, T. A (2008). IAP, redes y mapas sociales: desde la investigación a la intervención social. *Portularia*. 8(1), 131-151. [http://revista-redes.rediris.es/webredes/portularia/08.Tomas\\_Alberich\\_Nistal.pdf](http://revista-redes.rediris.es/webredes/portularia/08.Tomas_Alberich_Nistal.pdf)

Núñez, C. M. V. (2019). Terapias Ocupacionales del Sur: una propuesta para su comprensión. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27 (3), 671-680. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF1859>

Santos, B. S & Tavares, M. (2007). Em torno de um novo paradigma sócio-epistemológico. *Revista Lusófona de Educação*, 10 (10), 131-137. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/633>

Shimoguirí, A. F. D. T. & Costa-Rosa, A. (2017). Contribuições do materialismo histórico para a terapia ocupacional: uma análise dialética do fazer e da generacidade humana. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 1 (5), 704-720. <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto9655>

Silva, A. C. C, & Oliver, F. C. (2019). Participação social em terapia ocupacional: sobre o que estamos falando?. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27 (4). 858-872. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAR1883>

Silva C. R, Morrison R, Calle del Campo Y, Kronenberg F (2019). Terapias Ocupacionais do Sul: demandas atuais a partir de uma perspectiva socio-histórica. *Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.* Rio de Janeiro. 2019. 3 (2): 172-178. <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto24867>

Silvestrini, M. S., Silva, C. R., & Prado, A. C. S. A. (2019) Terapia ocupacional e cultura: dimensões ético-políticas e resistências. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27 (4), 929-940. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF1727>

Villasante, T. R. (2010) Historias y enfoques de una articulación metodológica participativa. *Cuadernos CIMAS*, 1-18. [https://www.redcimas.org/wordpress/wp-content/uploads/2012/08/m\\_TVillasante\\_HISTORIAS.pdf](https://www.redcimas.org/wordpress/wp-content/uploads/2012/08/m_TVillasante_HISTORIAS.pdf)

Villasante, T. R. (2015) Conjuntos de acción y grupos motores para la transformación ambiental. *Política y Sociedad*, 52 (2), 387-408. [https://doi.org/10.5209/rev\\_POSO.2015.v52.n2.45204](https://doi.org/10.5209/rev_POSO.2015.v52.n2.45204)

Vinzón, V., Allegretti, M, & Magalhães, L. (2020) Um panorama das práticas comunitárias da terapia ocupacional na América Latina. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28 (2), 600-620. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAR1891>

**Contribuição dos autores:** A autora foi responsável pela concepção do texto até a elaboração final do manuscrito.

**Recebido em:** 02/02/2022

**Aceito em:** 25/07/2022

**Publicado em:** 30/11/2022

**Editor:** Bruno Bechara Maxta